

**RAC: Revista Angolana de Ciências**

E-ISSN. 2664-259X

Vol. 5, Nº 2. e050202. Julho–Dezembro, 2023 (Publicação em Fluxo Contínuo)

## **Apropriação Nacional das Noções de Cidadania e de Paz Face à Agenda Internacional no Contexto do Pós-guerra Civil em Angola**

*National Appropriation of the Notions of Citizenship and Peace  
Considering the International Agenda in the Post-Civil War Context in  
Angola*

*Apropiación Nacional de las Nociones de Ciudadanía y Paz a la Luz de la  
Agenda Internacional en el Contexto de la Posguerra Civil en Angola*

Jesus A. Tomé<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0009-0001-0494-2543>

**RECEBIDO:** Setembro, 2023 | **ACEITE:** Outubro, 2023 | **PUBLICADO:** Dezembro, 2023

Como citar: Tomé, J. A. (2023). Apropriação Nacional das Noções de Cidadania e de Paz Face à Agenda Internacional no Contexto do Pós-guerra Civil em Angola. *RAC: Revista Angolana de Ciências*, 5(2). e050202. <https://doi.org/10.54580/R0502.02>

### **RESUMO**

Este estudo, que tem como problemática a repolitização dos conceitos de cidadania e de paz e a sua utilização analítica conjunta, visa mostrar em que medida é que a apropriação nacional das noções de “cidadania” e de “paz” é condicionada pela agenda internacional, após o fim da guerra civil em Angola em 2002. Este estudo é uma abordagem qualitativa, de cunho teórico, desenvolvido através de pesquisa bibliográfica exploratória. Os resultados indicam que, em Angola, a apropriação do termo “paz” associa-se à apropriação do termo “cidadania” só depois do fim da guerra civil e, do ponto de vista instrumental, ganha algum relevo na sequência do nascimento de uma nova jurisdição constitucional que muda várias das regras políticas do país e posiciona o cidadão numa imensa esfera de espaços públicos, mas condicionada pela agenda internacional. A partir desses resultados, concluímos que, no contexto pós-guerra, verifica-se mais a existência de continuidades do que de rupturas relativamente à necessidade de endogenia da apropriação dos conceitos de cidadania e de paz e ao aprofundamento do posicionamento dos actores nacionais e locais dentro da dimensão do Estado-nação.

**Palavras-chave:** Agenda internacional; Apropriação nacional; Cidadania; Guerra civil; Paz

### **ABSTRACT**

This study, which has as its problematic the repoliticization of the concepts of citizenship and peace and their joint analytical use, aims to show to what extent the national

<sup>1</sup> Doutor, Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola, [jesusthome@hotmail.com](mailto:jesusthome@hotmail.com)

appropriation of the notions of “citizenship” and “peace” is conditioned by the international agenda, after the end of the civil war in Angola in 2002. This study is a qualitative approach, of a theoretical nature, developed through exploratory bibliographic research. The results indicate that, in Angola, the appropriation of the term “peace” is associated with the appropriation of the term “citizenship” only after the end of the civil war and, from an instrumental point of view, gains some importance following the birth of a new constitutional jurisdiction that changes several of the country's political rules and positions the citizen in an immense sphere of public spaces, but conditioned by the international agenda. From these results, we conclude that, in the post-war context, there are more continuities than ruptures in relation to the need for endogenous appropriation of the concepts of citizenship and peace and the deepening of the positioning of national and local actors within the dimension of the nation-state.

**Keywords:** International agenda; National ownership; Citizenship; Civil war; Peace.

## RESUMEN

Este estudio, que tiene como problemática la repolitización de los conceptos de ciudadanía y paz y su uso analítico conjunto, pretende mostrar en qué medida la apropiación nacional de las nociones de “ciudadanía” y “paz” está condicionada por la agenda internacional. tras el fin de la guerra civil en Angola en 2002. Este estudio es de enfoque cualitativo, de carácter teórico, desarrollado a través de una investigación bibliográfica exploratoria. Los resultados indican que, en Angola, la apropiación del término “paz” se asocia a la apropiación del término “ciudadanía” sólo después del final de la guerra civil y, desde un punto de vista instrumental, gana cierta importancia después del nacimiento. de una nueva jurisdicción constitucional que cambia varias de las reglas políticas del país y posiciona al ciudadano en una inmensa esfera de espacios públicos, pero condicionada por la agenda internacional. De estos resultados, concluimos que, en el contexto de posguerra, existen más continuidades que rupturas en relación con la necesidad de apropiación endógena de los conceptos de ciudadanía y paz y de profundización del posicionamiento de los actores nacionales y locales dentro del marco de la posguerra. dimensión del Estado-nación.

**Palabras clave:** Agenda internacional; Propiedad nacional; Ciudadanía; Guerra civil; Paz.

## INTRODUÇÃO

A problemática central deste estudo consiste na análise da repolitização dos conceitos de “cidadania” e de “paz” e a sua utilização analítica conjunta, depois do fim da guerra civil em Angola, a fim de recuperar a importante dimensão das dinâmicas políticas, económicas e sociais existentes e a sua sustentabilidade a longo prazo. Com essa proposta de problemática, será possível detectar traços de ruptura e de continuidade entre a apropriação das noções de “cidadania” e de “paz” em Angola e a agenda internacional. Esse prisma de construção analítica foi determinante para que escolhêssemos para o nosso estudo o seguinte título: «Apropriação nacional das noções de cidadania e de paz face à agenda internacional no contexto do pós-guerra civil em Angola».

O presente estudo, embora delimitado, visa mostrar em que medida é que a apropriação nacional das noções de “cidadania” e de “paz” é condicionada pela agenda internacional, após o fim da guerra civil em Angola em 2002. Desta forma, a tentativa de perceber o tema é mobilizada por um interesse, que é o de contribuir para o seu conhecimento que regista

muitas lacunas e ausência de investigação de âmbito académico. Esta abordagem também realça e justifica a pertinência e a actualidade do tema.

O texto está estruturado em duas partes essenciais, a saber: a primeira é dedicada aos aspectos formais, tais como o resumo, a introdução, os antecedentes do tema e a metodologia. A segunda ocupa-se, sobretudo, com a fundamentação temática ou doutrinal, ancorada numa abordagem lógico-crítica, marcada pela discussão dos resultados.

### **Revisão do conceito de “apropriação nacional” na agenda internacional**

Nas últimas décadas, as agendas internacionais da construção do Estado e do desenvolvimento em contextos de pós-guerra ou de paz, incluindo o de Angola, — de organizações, tais como a ONU e as suas instâncias multilaterais, as ONG, as multinacionais dos países mais industrializados, as instituições de Bretton Woods (FMI e BM), entre outras —, têm progressivamente incorporado a preocupação com a inclusão dos cidadãos e das instituições nacionais na definição e implementação das políticas que irão conformar as bases do novo Estado. No entender de Mac Ginty e Richmond (2013), esta ênfase dada aos agentes endógenos, no processo de apropriação nacional, pode ser entendida de duas formas. Primeira, observa-se a mudança no discurso e em algumas práticas dos organismos intervenientes, utilizados como mecanismos de legitimação destas intervenções. Segunda, observa-se a crítica a estas práticas por parte de quem as exerce, particularmente no que toca à sua verticalidade.

Assim, discute-se esta mudança e analisa-se criticamente o discurso que a sustenta e as suas contradições assentes na apropriação nacional especializada e exclusivamente dedicada a alguns temas, como a pobreza, a transparência ou a boa governação, em detrimento de uma actuação mais abrangente, tendo de ser articulada com a questão da paz liberal e da plena cidadania de todos os angolanos.

Desde meados da década de 1990, tal como defende Ramsbotham et al (2011), a preocupação com a legitimidade das intervenções internacionais foi-se relacionando progressivamente com a dimensão da aceitação e inclusão dos agentes e instituições de nível nacional e local na decisão e implementação de políticas. Termos como “apropriação” e “participação” entraram nos discursos de decisores políticos, consolidando uma nova forma de olhar para os países na componente nacional na agenda da (re)construção do Estado e do desenvolvimento, um poder acrescido que vem do espírito de parceria e não de ingerência e paternalismo dos actores internacionais em relação aos nacionais (Donais, 2012).

Segundo Friedmann (1992), vários factores contribuíram para esta alteração. No âmbito da definição de políticas da agenda de desenvolvimento, o reconhecimento do fracasso dos impositivos planos de ajustamento estrutural, desenhados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), em vários países em desenvolvimento na década de 1980, e dos seus efeitos sociais negativos, foi um dos elementos que chamou a atenção para a revisão destes mecanismos. Ao mesmo tempo, refere Chambers (1983), a experiência com práticas e metodologias participativas, influenciada por agendas mais radicais e inspiradas por movimentos sociais e populares (como o movimento feminista, a educação popular na América Latina / Caraíbas) também influenciaram esta revisão e a progressiva incorporação de abordagens “de baixo para cima” (bottom-up) nas práticas de ajuda ao desenvolvimento das organizações internacionais.

Na prática, aludem Paris e Sisk (2009), a inclusão do conceito de apropriação nacional e as suas implicações para a definição de políticas públicas constituiu uma resposta a vozes mais críticas da agenda das instituições internacionais e um esforço no sentido de dar sustentabilidade às reformas políticas, económicas e sociais. Na óptica de Paris (2004), com a prioridade dada à (re)construção do Estado e do desenvolvimento, reforça-se uma visão do Estado como pré-condição necessária à materialização da cidadania e da paz liberal.

No dizer de Fukuyama (2004), esta pré-condição é fundamentada numa perspectiva técnica sobre a soberania estatal, definida a partir do espaço internacional e concentrada essencialmente em aspectos performativos, que radicalizaram uma abstracção dos contextos nacionais. Ou seja, de forma geral, para este autor, a (re)construção de Estados refere-se à (re)construção das instituições governamentais a fim de resgatar a “estatalidade” (stateness) dos Estados. Especificamente, e no que diz respeito aos contextos de consolidação da paz, o conceito, na perspectiva de Brahimi (2007), refere-se à recriação de instituições viáveis, capazes de garantir a segurança e as condições institucionais para uma paz sustentável e duradoura.

À partida, a inclusão de actores do contexto nacional trouxe um potencial significativo de revisão das dinâmicas de (re)construção do Estado e do desenvolvimento. Porém, contrapõe Chandler (2005), a forma como o discurso sobre a apropriação foi construído e o desfazamento entre o discurso e a prática reduziram significativamente este potencial, uma vez que os termos foram definidos e utilizados para manter a compatibilidade desta mudança com o não questionamento de questões fundamentais, referentes aos direitos e às liberdades, consideradas causas do subdesenvolvimento e da eclosão e perpetuação de conflitos violentos.

Neste sentido, é interessante notar a própria escolha e utilização dos termos. Na agenda de construção do Estado e do desenvolvimento, o termo predominante é apropriação nacional que, de maneira geral, se entende, na visão de Donais (2012, p. 1), como «o grau de controlo que actores nacionais possuem sobre os processos políticos internos». No caso concreto de contextos pós-guerra, como o de Angola, indica, conforme Narten (2009), o grau de envolvimento dos actores nacionais nos processos de redesenho e reconstrução das instituições.

De acordo com Ki-Moon (2009), nestes contextos a apropriação nacional significa que, não obstante a intervenção externa, o “dono” do processo deve ser o agente / instituição “local” ou “nacional”, para assegurar a sustentabilidade dos processos decorrentes da construção de espaços estáveis, tais como o de cidadania e de paz. Pouligny (2009) reconhece que esta visão tem duas implicações distintas. Por um lado, garante a inclusão de uma parte da população local nos processos em questão, embora os parceiros nacionais sejam muitas vezes identificados pelos actores internacionais. Por outro, implica a responsabilização dos actores nacionais locais pelas reformas.

Alguns académicos, como Chandler (2006), Reich (2006) e Pouligny (2009), têm criticado o discurso sobre a “apropriação nacional” justamente por ser uma forma de eximir a responsabilidade internacional perante políticas que, contudo, são desenhadas externamente. Este aspecto reforça-se, aliás, com a compreensão de que os espaços de inclusão são de maneira geral predefinidos e concorrem com a consolidação de uma

agenda eminentemente neoliberal internacional, centrada na democracia, nos direitos humanos e, sobretudo, no mercado. Ou seja, na prática, este discurso está longe de reflectir o controlo nacional da agenda, aproximando-se, no máximo, de uma parceria entre os actores externos e os nacionais.

Além disso, na crítica dos académicos e dos pensadores em geral, perpassa a questão relativa a quem se inclui nesta parceria. Aqui a separação entre “local” e “nacional” é importante, pois o argumento sublinha o papel das elites nestes espaços públicos e não necessariamente dos “locais”, como grupos mais endógenos à margem do sistema de poder político, ou mesmo que resistem ao estilo de mudanças exigidas.

Reversão do percurso da lógica contratual das noções de “cidadania” e de “paz”

Não obstante as transformações que o conceito liberal de cidadania sofreu, a relação proposta entre cidadãos e o Estado democrático, fundamentada numa lógica contratual de direitos e deveres entre as partes, está na base do projecto de paz liberal que, desde o início da década de 1990, tem vindo a ser articulado em espaços públicos de contextos pós-guerra civil. As acções de consolidação da paz promoveram transições democráticas, esperando que a liberalização política criasse um contrato social capaz de reconciliar o Estado e a sociedade. A cidadania implicava afirmar o poder dos indivíduos pelos direitos e limitar a acção dos Estados, considerados responsáveis pelos conflitos violentos. Held (1995) pensa que a agenda internacional de (re)construção de Estados conservou este enunciado político, mas, na resposta que articulou, radicalizou uma abstracção dos contextos locais já apontada aos esforços de democratização.

Ainda que a ênfase colocada no “nacional / local” tenha procurado inverter esta abstracção trazendo a relação Estado-sociedade para o centro da discussão, este processo não se traduziu na recuperação da lógica contratual e não centrou o debate no conceito de cidadania (Eyben e Ladbury, 2006), como, de resto, se verificou em Angola. Neste sentido, as estratégias internacionais de promoção da apropriação nacional / local procuraram afectar a relação Estado-sociedade sem discutir o conceito de cidadania. Porém, o conceito de apropriação da paz e a sua articulação têm implicações importantes para a condição da cidadania no período do pós-guerra.

Esta fragilização da cidadania tem, no entanto, importantes implicações, principalmente na responsabilidade democrática que o conceito envolve (Chandler, 2010). Primeiro, e dada a internacionalização dos processos de legitimação do Estado, a responsabilidade democrática é direccionada para os actores internacionais. Segundo, e apesar do seu papel nos processos de governação, esta preponderância não parte da representação da comunidade política nacional, eliminando a responsabilidade democrática da relação entre os actores internacionais e as comunidades nacionais. Juntas, estas questões demonstram a redução significativa da capacidade por parte dos sujeitos e do espaço político disponível para materializar o princípio democrático de autogoverno.

Para Richmond e Franks (2009), a reversão do contrato social significa que a paz liberal perdeu a sua matriz contratual e, conseqüentemente, a sua ligação ao conceito de cidadania. Por seu turno, David Chandler afirma mesmo que o abandono da relação Estado-sociedade, em detrimento dos imperativos de governação estabelecidos internacionalmente, é a expressão de um novo paradigma de intervenção internacional — a governação pós-liberal. Esta relação, não sendo negada é, no entanto, suspensa e torna-

se evidente uma visão de cidadania consequencial, como no caso de Angola, onde a dimensão política depende de uma capacitação e socialização guiada pelos actores internacionais e de um contexto político específico.

## **METODOLOGIA**

Este estudo, ancorado na filosofia política e social com recurso ao exercício da interdisciplinaridade, é uma abordagem qualitativa, de cunho teórico, que incide, sobremaneira, na pesquisa bibliográfica. A par da literatura académica tradicional, a nossa investigação também incide na análise de fontes de informação complementares, assentes sobretudo na realização de uma pesquisa electrónica de alguns documentos em diversos suportes. O método que seguimos para o nosso estudo foi genético, aliado à sua familiar analogia com os métodos de análise hermenêutica e fenomenológica. Segundo Goldschmidt (1963), a interpretação genética, ao contrário da interpretação dogmática, procura, explica e questiona as causas das teorias além daquilo que as mesmas nos querem dizer.

## **RESULTADOS**

Procedendo à análise do tema, constatámos que a apropriação das noções de cidadania e de paz face à agenda internacional encontra a sua primeira sistematização e expressão político-institucional no contexto do pós-guerra civil em Angola em 2002. Nessas circunstâncias, em Angola, pensar a cidadania passa a ser o mesmo que pensar em associá-la à paz, dois aspectos que começam por despontar como paralelos nos anos de 1990 mas que, a partir de 2002, virão a coincidir num único problema.

A cidadania evocada nesse período, apresenta-se como um conjunto de direitos dos cidadãos e significa compreendê-la numa sociedade pacífica, sua garantia essencial e constitutiva de progressão e de materialização. A concepção de cidadania na sociedade angolana do pós-guerra torna-se necessariamente num complemento subsequente à paz, não na acepção de uma restrita relação a dois, mas no sentido abrangente de dinâmicas que se entrecortam pelo desafio de construir o Estado nacional.

Assim, se as acções de (re) construção de Estados, determinadas pela agenda internacional, reverteram a relação constitutiva entre Estado e cidadãos, a ênfase no contexto endógeno ou local aprofundou esta tendência, resultando disso a afirmação da internacionalização de processos de legitimação do Estado onde a cidadania surge fragilizada como conceito político central e dependente de uma capacitação prévia (Richmond e Franks, 2009). Mais importante, a relação Estado-sociedade apresenta-se como uma adaptação necessária que decorre do entendimento do Estado como pré-condição ao projecto de paz (Mac Ginty, 2010). A apropriação nacional / local dos conceitos de cidadania e de paz fica, assim, ligada a uma agenda internacional e dependente de acções adicionais que garantam a capacitação e socialização dos sujeitos nos espaços públicos (Hughes e Pupavac, 2005).

Nesse sentido, a apropriação nacional do termo “paz” associa-se à apropriação nacional do termo “cidadania” só muito recentemente e, do ponto de vista instrumental, ganha algum relevo na sequência do nascimento de uma nova jurisdição (a Constituição da República de Angola de 2010) que muda várias das regras políticas do país e posiciona o cidadão numa imensa esfera de espaços públicos. Nestes espaços, a aceitação das reformas gera

a cultura cívica individual. Contudo, a participação que decorre nestes espaços é condicionada e é instrumental (Chesterman, 2007).

## **DISCUSSÃO**

Da análise dos resultados obtidos, interpretámos o significado e as várias implicações para o tema, partindo do período de guerra até ao contexto de paz. Numa Angola caracterizada por uma cultura de guerra, determinada pelas lógicas amigo e inimigo (Schmitt, 2009), falar-se de cidadania seria, todavia, referir um conceito totalmente esvaziado de sentido. Em Angola, de 1975 a 1991, antes do Acordo de Paz de Bicesse de 1991, era notória a ausência de ênfase dada à apropriação das noções de cidadania e de paz, numa acepção eminentemente técnica e política, nas agendas nacional e internacional de construção do Estado e do desenvolvimento.

A repolitização dos conceitos de cidadania e de paz e a sua utilização analítica conjunta surge, a partir de 1992 — o ano das primeiras eleições democráticas em Angola —, a fim de recuperar a importante dimensão das dinâmicas políticas, económicas e sociais existentes e a sua sustentabilidade a longo prazo. Neste sentido, os limites da cidadania promovida em Angola, em contexto de pós-guerra, foram devidamente evidenciados nos esforços de democratização que marcaram a primeira fase das acções de consolidação da paz, de forma mais concreta a partir de 2002. Nesta conformidade, reitera-se que é depois do fim da guerra em 2002 que se dá a passagem da apropriação do conceito de paz para a apropriação do conceito de cidadania, fundamentalmente a desenvolvida pelo Estado através das leis, e a junção entre os dois termos.

Porém, estes esforços foram reduzidos ao que Béatrice Pouligny identificou como “gramática democrática”, isto é, a um conjunto de procedimentos formais (Pouligny, 2006) desfasados da articulação com a realidade em matéria de direitos sociais e económicos. Assim sendo, volvidas mais de duas décadas após a assinatura do Memorando de Paz de Luena, a apropriação nacional do termo “paz” caiu em desuso, sendo a apropriação nacional do termo «cidadania» a mais actual e em franca ascensão tendo em vista a cada vez maior exigência dos cidadãos ao Estado quanto à garantia por parte deste dos seus direitos sociais e económicos.

Entretanto, dos resultados obtidos e analisados, podemos retirar tanto as contribuições como a novidade do nosso estudo. Em termos de contribuições, esta pesquisa poderá mostrar a importância da apropriação nacional do sistema que concentra as noções de cidadania e de paz como direitos universais mais elementares de cada cidadão e reforçar o campo pedagógico com a sugestão de introdução de conteúdos de educação para a cidadania e a paz. Em termos de novidade, este estudo prova a existência de uma relação recíproca entre a evolução da apropriação da cidadania com a da apropriação da paz. Todavia, também prova que a apropriação nacional de ambos o conceito ainda é condicionada pela agenda internacional.

Por que razão a apropriação nacional das noções de cidadania e de paz é condicionada pela agenda internacional? Porque, os espaços de inclusão são, de maneira geral, predefinidos e concorrem com a consolidação de uma agenda eminentemente neoliberal internacional, centrada na democracia, nos direitos humanos e, sobretudo, no mercado (Pouligny, 2009). Ou seja, na prática, este discurso está longe de reflectir o controlo

nacional da agenda, aproximando-se, no máximo, de uma parceria entre os actores externos e os nacionais (Pouligny, 2006).

Neste âmbito, a ideia de apropriação nacional partilha uma agenda de capacitação dos sujeitos que, embora procure concretizar a ênfase local nas práticas de (re) construção do Estado, reforça a posição dos actores internacionais na legitimação do Estado e a dependência das dinâmicas políticas locais em relação às acções nacionais e internacionais (Hughes e Pupavac, 2005).

## CONCLUSÕES

Infere-se que nas condições específicas de Angola, “cidadania” e “paz” aparecem como conceitos indissociáveis, mas nos quais verificamos, desde o fim da guerra civil, a presença de categorias sociais e políticas consubstanciadas no reforço da posição dos actores internacionais na legitimação do Estado e a dependência das dinâmicas políticas nacionais em relação às acções internacionais. Estas categorias, não só representam, no presente e no futuro, pontos críticos, mas também um dos principais desafios do país. E, como tal, no processo de endogenia da apropriação dos conceitos de cidadania e de paz verifica-se mais a existência de continuidades do que de rupturas, devido à falta de aprofundamento do posicionamento dos actores nacionais nos “espaços de participação reivindicados” (Cornwall, 2002).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brahimi, L. (2007). State building in crisis and post-conflict countries. In 7th Global Forum on Reinventing Government, Building Trust in Government (pp. 26-29). Viena: s/e.
- Chambers, R. (1983). *Rural development. Putting the last first*. London: Pearson.
- Chandler, D. (2005). Introduction: peace without politics. In *International Peacekeeping* (pp. 307-321), n.º 12 (3).
- Chandler, D. (2006). *Empire in denial. The politics of state-building*. London: Pluto Press.
- Chandler, D. (2010). *International state-building: the rise of post-liberal governance*. Abingdon: Routledge.
- Chesterman, S. (2007). Ownership in theory and in practice: transfer of authority in UN State building operations. In *Journal of intervention and state building* (pp. 3-26), n.º 1 (1).
- Cornwall, A. (2002). Making spaces, changing places: situating participation traditional peacebuilding. In *Palgrave Advances in Peacebuilding* (347-366). London: Macmillan.
- Donais, T. (2012). *Peace building and local ownership. Post-conflict consensus-building. Conflict, development and peace building*. London: Routledge.
- Eyben, R., e Ladbury, S. (2006). Building effective states: taking a citizen’s perspective. In *Development Research Centre on Citizenship, Participation and Accountability* (s/p). Brighton: s/e.
- Friedmann, J. (1992). *Empowerment: the politics of alternative development*, Oxford: Blackwell.
- Fukuyama, F. (2004). *State-building, governance and world order in the twenty-first century*. London: Profile Books.
- Goldschmidt, V. (1963). *Tempo lógico e tempo histórico na interpretação dos sistemas filosóficos: a religião de Platão*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Held, D. (1995). *Democracy and the global order: from the modern state to cosmopolitan governance*. Stanford: Stanford University Press.



- Hughes, C., e Pupavac, V. (2005). Framing post-conflict societies: international in development. In Institute of Development Studies Working (s/pp). Brighton: s/e.
- Ki-Moon, B. (2009). Report of the Secretary-General on peacebuilding in the immediate aftermath of conflict. New York: UN A/63/881-S/2009/304.
- Mac Ginty, R. (2010). Gilding the lily? International support for indigenous and pathologisation of Cambodia and the post-Yugoslav States. In *Third World Quarterly* (pp. 873-889), n.º 26 (6).
- Mac Ginty, R., e Richmond, O. P. (2013). The local turn in peace building: a critical agenda for peace. In *Third World Quarterly* (pp. 763-783), n.º 34 (5). Paper n.º 170.
- Narten, J. (2009). Dilemmas of promoting “local ownership”: the case of postwar Kosovo. In R. Paris e T. D. Sisk (orgs.). *The dilemmas of state building: confronting the contradictions of post-War peace operations* (pp. 252-283). Abingdon: Routledge.
- Paris, R. (2004). *At war's end: building peace after civil conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Paris, R., e Sisk, T. D. (2009). Introduction: understanding the contradictions of post-war state building. In R. Paris e T. D. Sisk (orgs.). *The dilemmas of state building: confronting the contradictions of post-war peace operations* (pp. 1-20). Abingdon: Routledge.
- Pouligny, B. (2006). *Peace operations seen from below: UN Missions and local people*. Bloomfield: Kumarian Press.
- Pouligny, B. (2009). Supporting local ownership in humanitarian action. In Global Public Policy Institute - Humanitarian Policy Paper Series. Berlin: AZ Druck und Datentechnik.
- Ramsbotham, O., Miall, H., e Woodhouse, T. (2011). *Contemporary conflict resolution*. (3.<sup>a</sup> ed.). Cambridge: Polity Press.
- Reich, H. (2006). “Local ownership” in Conflict Transformation Projects. Partnership, Participation or Patronage? In Bergof Research Center for Constructive Conflict Management. Berlin: Occasional Paper.
- Richmond, O. P., e Franks, J. (2009). *Liberal peace transitions: between state building and peace building*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Schmitt, C. (2009). *El Concepto de lo político*. (trad. de R. Agapito). Madrid: Alianza Editorial.